

Seria melhor

HOLTZ, Abel. "Seria melhor" Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 25 de junho de 2020.

A concordância por parte do Brasil em abrir as comportas da usina de Itaipu para permitir que vazão resultante pudesse ampliar a capacidade de navegação a jusante das balsas que estão escoando as safras de grãos foi um ato simples e de boa vontade, que pôs por terra afirmativas na lado do Paraguai, que teríamos uma atitude de proveito mais uma vez de seu parceiro. A decisão de liberar a vazão desmentiu as afirmativas encenqueiras publicadas na imprensa daquele País.

A propósito do ambiente da pandemia causada pelo COVID -19 ganha corpo no Paraguai a ideia de usar as receitas de venda da energia produzida pela usina como garantia de um empréstimo milionário a ser estruturado oferecendo o montante a ser dimensionado pelas receitas futuras, decorrentes da venda da energia produzida pela Itaipu binacional, ao Brasil e ao Paraguai.

Pelo que poderia ser imaginado para consecução da ideia, do lado brasileiro a receita poderia vir em contratos diretos da usina com o mercado livre (ACL) e com o mercado cativo (ACR) através das distribuidoras em todo o mercado nacional. Do lado paraguaio a receita viria do mercado consumidor local e da venda dos excedentes ao mercado brasileiro através de uma comercializadora que estaria sendo gestada. Poderia vir a ser uma boa ideia se pudéssemos prever como após a pandemia, se comportará a carga de ambos os sistemas e por qual tempo.

Estudos já realizados por competentes especialistas brasileiros apontam para uma lenta recuperação e um novo desenho do consumo levando a menor demanda em todo Sistema Interligado Nacional (SIN). Se um consorcio de bancos privados ou não, aceitariam participar desta estruturação, quais outras exigências seriam lançadas. Considerando ainda as reservas de gás natural do pré-sal que apontam para um crescimento da geração térmica no Brasil, definir receitas futuras pela venda da energia por Itaipu ao SIN usina para a constituição de um fundo de recebíveis seria uma tarefa hercúlea.

Do lado paraguaio a situação é ainda mais difícil pois não foram feitos estudos. O que se discute é utilizar o mesmo valor que hoje se destina a amortização da dívida para ser base do imaginado empréstimo. Já de a muito tem defensores do lado paraguaio a uma estrutura de benefícios para as Partes na qual se consideraria que Itaipu deixaria de pagar em 2023 cerca de US \$ 2.000 milhões pois a dívida contraída na construção do empreendimento estaria quitada.

Ante este fato, pessoas ligadas ao governo de nosso vizinho acreditam que haveria oportunidades a serem consideradas para criar receitas adicionais para os Estados observando algumas hipóteses a contemplar, entre outras as seguintes:

- 1) Definir tarifas para a estruturação de um fundo de recebíveis em favor dos Estados em detrimento dos consumidores que deveriam continuar a pagar uma tarifa definida de tal forma acoplada a demanda para gerar o fluxo de pagamentos dos novos compromissos;

- 2) Reduzir a tarifa, para o benefício dos consumidores e aí o fundo seria de pequeno monte e poderia não ser necessário nem viável;
- 3) Aumentar o montante dos direitos, compensações, para os Estados etc.
- 4) Manter tudo igual....

Apesar destas ideias serem discutíveis, o governo paraguaio tem também alguns desejos convergentes a algumas destas possibilidades considerando a recuperação após pandemia, como por exemplo: que Itaipu consiga um empréstimo de alguns milhões de dólares, para que os governos de ambos os Estados venham a injetar posteriormente em seus planos de recuperação econômica pós-pandemia, equitativamente.

Contra estes planos do governo paraguaio já começam manifestações públicas naquele País contrárias as intenções do governo pedir emprestado recursos através da entidade Binacional para mitigar a crise devido à pandemia da covid-19.

Mas as investidas do Paraguai sobre a monetização da sua cota parte em Itaipu será uma das pautas que estará presente nas discussões sobre o aproveitamento da geração na usina hidrelétrica de Itaipu, entre o Brasil e o Paraguai. Se esta verdade poderia estar sendo desconsiderada pelo governo atual, em 2023, o tema retornará em sua plenitude uma vez que o direito paraguaio sobre sua cota parte na produção de energia se tornará pleno.

Então por que não se antecipar ao futuro imbróglio e estabelecer uma negociação na qual os interesses bilaterais sejam preservados?

Justifica-se portanto a nova composição do Conselho de Itaipu do lado Brasileiro para realmente fazer a renegociação do “Anexo C” do Acordo Bilateral, reforçada com a ida do Ministro de Minas e Energia e os ex-deputados José Carlos Aleluia Costa, Carlos Eduardo Xavier Marun, ao lado dos experientes Pedro Miguel da Costa e Silva, Célio Faria Júnior, Wilson Pinto Ferreira Júnior. Todos exercerão mandato até 16 de maio de 2024, para chegar a uma solução aceitável pelas Partes.

Uma das possíveis soluções no processo de “ganha ganha” passa pela consideração de que por um período de anos que venham a se seguir à uma nova negociação, o Brasil possa vir a concordar em que o Paraguai venda a cada ano, um bloco de sua cota-parte de energia em condições pré-definidas. Essa estratégia de negociação poderia ser utilizada de modo a estender o prazo de venda de energia para o Brasil, por exemplo por mais 10 ou 15 anos além da data final do tratado, assegurando assim a disponibilidade dessa fonte de abastecimento por um largo período e permitindo uma receita previsível para nosso parceiro.

Neste caso, uma condição a negociar seria que os recursos oriundos da comercialização da energia com o Brasil deveriam ser dirigidos para um FUNDO GARANTIDOR que seria utilizado para a viabilização de novos empreendimentos de geração de energia elétrica em território Paraguaio, e que, posteriormente poderiam ser comercializados também com o Brasil. Enquanto isto, os excedentes de Itaipu continuariam a compor a nossa matriz de geração.

O preço de fornecimento da energia nessa nova estratégia poderia ser de tal forma estabelecido para buscar a modicidade tarifária para o lado brasileiro no longo prazo e a recuperação da nossa economia, sempre permitindo o desenvolvimento do Paraguai.

Abel Holtz é consultor da Agência CanalEnergia